

Unidades de conservação afetam eólicas offshore no RS

Decreto assinado pelo presidente Lula cria Parque Nacional Marinho e Área de Proteção Ambiental do Albardão

/ ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

O recente decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que criou duas novas unidades de conservação (UCs) federais no litoral Sul do Estado, o Parque Nacional Marinho do Albardão e a Área de Proteção Ambiental (APA) do Albardão, no município de Santa Vitória do Palmar, pode ter impactos em três projetos eólicos offshore (no mar) a serem desenvolvidos no Rio Grande do Sul. Na costa oceânica daquela região, boa parte dela abrangida por esse novo espaço de cuidado ambiental, há empreendimentos sendo avaliados e já cadastrados no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) pelas empresas Shizen, Equinor e Bravo Vento.

Esses complexos somam mais de 10 mil MW em potência instalada (o que seria suficiente para atender a mais de dois estados como o Rio Grande do Sul) e poderiam representar um investimento de até US\$ 35 bilhões. Apesar das incertezas que rondam esses empreendimentos após a decisão do governo federal, a presidente do Sindicato da Indústria de Energias Renováveis do Rio Grande do Sul (Sindienergia-RS), Daniela Cardeal, lembra que há uma diferença da natureza jurídica do parque na-

cional e da APA.

Ela detalha que no parque será inviabilizado qualquer projeto de energia na região, mas no modelo de uma APA é possível compatibilizar. Conforme o Decreto Nº 12.868, publicado nesta sexta-feira (6), no Diário Oficial da União, o Parque Nacional do Albardão conta com uma área aproximada de 1,48 milhão de hectares e a Área de Proteção Ambiental com cerca de 55,9 mil hectares.

O documento também prevê a implementação de uma Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Albardão, com área aproximada de 614 mil hectares. Nessa abrangência, será permitida a implantação, a operação e a manutenção de corredores de infraestrutura linear de interesse público indispensáveis à conectividade territorial e as atividades ou empreendimentos estratégicos incluindo linhas de transmissão, dutos, cabos, sistemas associados à geração e ao escoamento de energia offshore.

Daniela enfatiza que o Sindienergia-RS nunca se manifestou contrariamente à criação de uma unidade de conservação na região. “O que nós ponderamos é a importância de compatibilizar a conservação ambiental com o desenvolvimento de outros setores renováveis”, frisa a dirigente.

Já em nota, o governo federal expressa que a criação das unidades no Rio Grande do Sul representa um marco histórico para a conservação marinha



Área (em vermelho) fica localizada na costa de Santa Vitória do Palmar, no Sul do Estado

no País ao proteger uma das regiões mais importantes para a manutenção da biodiversidade do Atlântico Sul e fortalecer a resposta nacional à mudança do clima e à perda global de biodiversidade. “Há por trás dessa medida estudos científicos, escuta pública, articulação entre instituições e empenho de servidores, pesquisadores e cidadãos comprometidos com a conservação da biodiversidade e a defesa

do interesse público”, afirma a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Albardão abriga ecossistemas marinhos e costeiros de excepcional relevância ecológica, funcionando como área de alimentação, reprodução e crescimento para diversas espécies ameaçadas. Entre elas, destaca-se a to-

ninha (*Pontoporia blainvillei*), a espécie de golfinho mais ameaçada do Atlântico Sul Ocidental, além de tartarugas marinhas, tubarões, raias, aves marinhas migratórias e outros mamíferos que utilizam a região ao longo de seus ciclos de vida. A proteção desses habitats é considerada estratégica para reduzir a mortalidade da fauna e assegurar a manutenção de processos ecológicos essenciais nos ambientes marinhos.

Parque do Albardão não inviabiliza atividades econômicas no mar, aponta Portos RS

A instituição do Parque Nacional Marinho do Albardão e da Área de Proteção Ambiental (APA) do Albardão, na região de Santa Vitória do Palmar, ocupará cerca de 1,6 milhão de hectares, sendo quase a totalidade dessa área dentro do oceano. Apesar de limitações em algumas atividades que serão impostas, a Portos RS (empresa pública responsável por administrar o sistema hidroportuário no Rio Grande do Sul) considera possível conciliar a preservação ambiental, com o desenvolvimento econômico.

O gerente de Planejamento e Desenvolvimento da Portos RS, Fernando Estima, recorda que a questão da criação do parque vem sendo acompanhada há

bastante tempo. Ele destaca que se trata de uma área sensível, que concentra várias espécies de animais marinhos. “A gente tem falado tanto de sustentabilidade, de ESG (sigla em inglês que significa meio ambiente, social e governança), mas na hora de praticar, ninguém quer”, critica o dirigente.

Além disso, ele reitera que a criação das duas unidades de conservação federais no litoral Sul não inviabiliza várias iniciativas que são desenvolvidas na costa do Estado, onde o complexo portuário de Rio Grande movimentava anualmente mais de 45 milhões de toneladas em cargas. Ele enfatiza que será permitido navegar tanto na região do par-

que quanto na APA. O dirigente cita ainda que os possíveis projetos de exploração de petróleo que estão sendo avaliados atualmente na Bacia de Pelotas (área que se estende por todo o litoral gaúcho) ficaram de fora da abrangência das unidades.

O setor que tem um impacto maior com a definição do Parque do Albardão é o eólico offshore (no mar). Na região da unidade de conservação há três projetos dessa natureza com processos de licenciamento tramitando no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Esses empreendimentos são das companhias Shizen, Equinor e Bravo Vento.

Apesar dessa restrição,

olhando o cenário geral das perspectivas do segmento eólico offshore no Estado, o gerente de Planejamento e Desenvolvimento da Portos RS considera que não será o Parque do Albardão que irá barrar o desenvolvimento desse setor. Atualmente, além das três iniciativas próximas à Santa Vitória do Palmar, mais 14 empreendimentos estão sendo analisados no Ibama, espalhados por outras áreas da costa gaúcha.

Segundo Estima, não há demanda de energia suficiente para viabilizar todos os complexos. Ele acrescenta ainda que, quando ocorrer um leilão de eólicas offshore, os empreendedores deverão escolher as áreas mais próximas dos portos, porque as-

sim os investimentos ficam mais viáveis. Essa situação é devido a uma maior facilidade de deslocamento de equipes e equipamentos até uma usina localizada no mar, a partir de um terminal portuário.

Quanto à pesca, Estima reforça que o Parque do Albardão pode atuar como um “berçário” e espaço de refúgio para diversas espécies marinhas, contribuindo para a recuperação e manutenção dos estoques pesqueiros a longo prazo. Isso, de acordo com o dirigente, fortalece a pesca artesanal e industrial, incentivando práticas sustentáveis, a certificação de produtos (que agrega valor e abre novos mercados) e a valorização do pescado gaúcho.